

Senhor Presidente Prof. Manuel Carrageta, Srs. Vice-Presidentes, Sr. Secretário-Geral, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a honra que me foi concedida de pronunciar a conferência inaugural deste Congresso.

Tenho colaborado desde há alguns anos com a Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia e nos seus vários encontros, conferências e congressos tenho aprendido muito e conhecido melhor os problemas e as soluções para a doença, para o envelhecimento e para a qualidade de vida, em todas as fases e em todas as circunstâncias.

O tema que serve de guião a esta edição do Congresso de Geriatria e Gerontologia é citado numa frase cheia de beleza, esperança e realidade: *Vida -Um bem a preservar em todas as idades.*

E como pessoalmente acho que é perfeito para os conteúdos destes três dias de trabalhos, adoptei-o também para título da minha comunicação.

Na verdade, tratar de dignidade e envelhecimento, de factores da longevidade e qualidade de vida, da saúde e da doença, dos cuidados continuados integrados e dos cuidados paliativos, tomar posição quanto à eutanásia ou à morte assistida são temas tão candentes como actuais e decerto irão ter da parte dos nossos oradores e convidados a maior adesão e interacção.

E, realmente, a vida de cada ser humano é desde a sua concepção um bem a preservar, enquanto feto e depois bebé, criança, jovem, adulto nas suas várias fases de desenvolvimento e, finalmente, como velho.

Carmen Dolores, a grande actriz portuguesa hoje com 94 anos de idade, costuma dizer que a palavra velho é bonita, contém nela a experiência da vida, o conhecimento e sabedoria e a ternura e calma que o passar dos anos podem proporcionar. Porém, em Portugal, a palavra é muitas vezes dita com acrimónia e sem consideração pelo que a pessoa, assim designada, pode ter como resultado de uma vida rica em experiências, sentimentos e cultura.

E ao falarmos de vida, estamos a falar de demografia, o problema mais grave que a sociedade portuguesa enfrenta já há alguns anos .Se, em termos económicos e sociais, o défice orçamental, a dívida pública ou o investimento produtivo são variáveis importantes que ocupam os "media" e os comentadores de todas as espécies, é o desafio demográfico que deve preocupar os dirigentes políticos e os portugueses em geral pelas implicações a médio e longo prazo de uma ausência reiterada de políticas para incentivarem a natalidade ou para proporcionarem as condições indispensáveis ao envelhecimento activo.

Se olharmos, por exemplo, para a esperança de vida à nascença em Portugal, verificamos que há um aumento de 13 anos em cada quatro décadas, reflectindo melhores condições de vida, acesso a cuidados médicos e alimentação adequada. Em quatro décadas, verificou-se, pois, um aumento de 6 anos de esperança de vida aos 65 anos. Claro que este prolongamento da

longevidade tem causado, como é natural, uma despesa no que concerne as pensões de velhice. E é por essa razão que seria urgente rever o sistema de segurança social, garantindo aos que têm uma carreira contributiva completa o recebimento das suas pensões e rapidamente reformular o sistema para aqueles que vão entrar ou entraram há poucos anos no mercado de trabalho. É urgente porque a natalidade tem variado em sentido contrário ao da esperança de vida. De um país com casais com mais de um filho, como regra comportamental, passou-se já em meados do século passado para o filho único e nos últimos decénios para taxas de natalidade e de fecundidade insuficientes para substituírem a prazo os que irão deixar a vida activa e passar à reforma. O entendimento dos partidos políticos não tem sido este e por mais estudos e trabalhos que a sociedade civil, as Universidades e os think-tank tenham produzido ao longo dos últimos vinte anos têm resistido a enfrentar atempadamente o problema e deixando a situação agravar-se à medida que o tempo passa.

Se, em 1970, o índice sintético de fecundidade em Portugal era de 3,0, em 2015 esse índice apresentava o valor de 1,3. Prevendo já hoje o INE que a esperança média de vida será em 2080 de 90 anos e que a população total do nosso país diminua para 7 milhões e meio de habitantes, é fácil concluir que ou se inverte este caminho ou a situação, em termos de pensões de velhice, será uma incógnita.

Na Europa, a evolução tem sido inversa. Alguns países europeus vão atingir taxas elevadas até 2050, como a Suécia, a Noruega, a Irlanda ou o Reino Unido.

Portugal terá uma quebra de população de 12,1%, tal como a Itália e a Grécia. A Alemanha, nesta situação também a prazo, adoptou debaixo de muita polémica uma política de boa aceitação de refugiados e emigrantes para colmar essa descida.

Exemplos de outros países poderão ser-nos úteis: a Suécia, quando se viu com uma situação análoga reformou o sistema de segurança social e incentivou a natalidade e hoje a situação está ultrapassada. A França, ao aperceber-se desta questão incentivou com medidas fiscais, diminuição de horário de trabalho, entre outras medidas, o nascimento de mais crianças e hoje o número dos que nasceram nos últimos anos é suficiente para ir contrabalançando a saída do mercado dos que estão em situação de reforma.

O que parece funcionar bem na Europa para estimular a natalidade é o apoio generoso às famílias, nomeadamente às mães solteiras.

Para atingirmos um valor de reposição da população dentro dos limites mínimos de que Portugal precisa e recuperar estes muitos anos perdidos deverá ser objectivo de política social pública aumentar as actuais despesas sociais de apoio à família até cerca de 5% do P.I.B., o que poderá ser conseguido eliminando as despesas sociais desincentivadoras de trabalho e aumentando significativamente aqueles que têm esta finalidade em vista.

E depois há também a questão de muito cedo ser considerado velho no mercado de trabalho. Isso empurra para a reforma muitos cidadãos válidos que depois sabem que, embora a campanha europeia a favor do envelhecimento activo seja uma esperança para os que em boas condições querem continuar a trabalhar após a aposentação, a realidade é mais crua e revela

que as empresas, públicas ou privadas, não estão preparadas para receber esses interessados.

O processo de optimização das oportunidades para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem e que querem ter um consciente envelhecimento activo não tem o acolhimento devido e acaba por desmoralizar os que têm condições de trabalhar, produzir e dar experiência aos recém-chegados ao mercado de trabalho.

E ao falar de vida e do direito de ter um envelhecimento activo, as recomendações da OCDE são taxativas: consoante o género e a cultura de cada um, são as determinantes económicas, sociais, pessoais e comportamentais que importam, bem como o ambiente físico, os serviços sociais e de saúde. Funcionando todas, qualquer indivíduo nestas condições que queira ainda trabalhar porque gosta ou precisa vê rapidamente a dificuldade dos governos e das empresas reunirem as condições que lhe permitam fazê-lo e terá de optar pela colaboração em ONG's ou outras organizações sem finalidades lucrativas. Felizmente que, em Portugal, a economia social já conta com mais de 61 mil unidades e dá emprego a mais de 5% do emprego total. São cerca de 12%os portugueses que fazem trabalho voluntário. Percentagem baixa quando comparada com a da União Europeia a 27 que se situa em 24%ou de países como a Dinamarca ou a Holanda onde essa percentagem é superior a 40%.

Mas, a vida pode ser vivida em todas as idades e constitui, a cada momento, um bem inestimável que há que saber preservar. Crescer saudavelmente, com carinho e responsabilidade, trabalhar em boas condições, em aprendizagem constante e com sentido ético e do dever cumprido, poder ficar no mercado de

trabalho sem constrangimentos de idade desde que se mantenham boas condições físicas e intelectuais e preenchendo tarefas e cargos úteis à sociedade e saber envelhecer, utilizando todos os avanços da ciência para gozar a vida como é merecida e respeitando regras saudáveis de vida são tudo aspectos duma mesma realidade que é a vida que cada um de nós tem e que devemos saber aproveitar.

Uma palavra final que quero aqui deixar sobre a saída de cena que cada um de nós terá, pela inviabilidade da vida e da morte. Sou profundamente crente na inviolabilidade da vida e com os progressos permanentes da medicina, a saída de cena de cada um de nós deverá ser natural, fruto de diversas causas, mas deveremos sempre utilizar todos os meios e cuidados até ao fim e devemos lutar contra os que sob a designação de suicídio assistido ou eutanásia pretendem dispor da vida sua ou de terceiros violando aquilo que é o guião deste 38º Congresso: a preservação da vida.

Muito obrigado pela vossa atenção e viva a vida!

Lisboa, 22 de Novembro de 2017

Rui Leão Martinho

Bastonário